

Filipa Riacho

De: Cristina Mateus [3355@solicitador.net]
Enviado: quinta-feira, 19 de maio de 2016 14:46
Para: CAAJ - Correio Oficial
Cc: cp.ae@osae.pt

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Entrada / Arquivo N.º 243666

Processo N.º 37/2016

Data 19/05/2016

Exm^{os} senhores

Em sequência da publicação do Aviso n.º 5523-A/2016, no Diário da República n.º 82/2016, 1.º Suplemento, Série II, no passado dia 28 de Abril, com a proposta de regras de fixação de número máximo para a designação para processos executivos de agentes de execução e sociedades de agentes de execução, nos termos do n.º 1 do artigo 167.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e face ao pedido de auscultação prévia dos associados quanto a esta matéria, venho pelo presente deixar a minha opinião, na qualidade Agente de Execução, que desde 2003 vive, e agora sobrevive, em prol de uma classe que muito me honra pertencer, sempre numa óptica construtiva e com o objectivo de melhorar a classe e dignificar a sua actuação.

O processo executivo na forma de Solicitador / Agente de execução que nasceu há 13 anos, não tem sido acautelado nos últimos anos, aquilo a que se propôs ...

Criaram-se escritórios megalómanos, sem que fosse acautelado os interesses da classe, a dignidade, a imparcialidade, a honestidade e até cumprido os estatutos e as obrigações dos Agentes de Execução, na missão de oficial público investido para essas funções.

Muito se poderia dizer nesta falha, que é do conhecimento geral, e tão pouco tem dignificado a classe, e não é necessário muito para saber do que se fala... que deixa a classe, consternada com tais situações de abusos, e crimes cometidos...

Todos sabemos a origem do problema... muito se tem falado, muito se tem opinado, muitos estudos se têm feito, com vista à resolução do problema.... parece que até se tem a solução...

Mas porque não foi até à presente implementada a solução???

Em fase de eleições todos os candidatos têm a solução, sabem como deveria ser implementada...mas certo é que passados 13 anos não foi posta em prática.

Parece que grandes interesses se levantam ... que os interesses de poucos (pois segundo estudos feitos pela Ordem dos Solicitadores e Agente de Execução, poucos são os detentores de grande parte dos processos executivos), se sobrepoem aos demais ...

Assim e a bem de uma classe digna, imparcial, justa nos interesses de todos os parceiros da acção executiva e das partes envolvidas, devemos exigir que se acabe com os privilégios dos grandes e megalómanos

escritórios, que a distribuição seja transparente, equitativa, (até já temos em prática e implementada a distribuição do PEPEX), até parece que já está em prática e testada e uma parte da solução.

Em 2003 a acção executiva começou nessa forma, uma distribuição equitativa e alietória, por comarca.... Como quem está nas execução desde o primeiro dia tão bem conheceu..

Muito mais se poderia dizer, que é do conhecimento geral, muito defendida nas Jornadas de 2016, que a solução do problema urge, com a implementação das regras num regime de distribuição transparente, alietório em defesa de uma classe justa, imparcial e do seu bom nome, medida apoiada pelo Conselho Superior da Magistratura, e seguramente por todos os intervenientes da Acção Executiva.

A Agente de Execução

Cristina Mateus